



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021
Processo nº 01.013720.21.88

- **OBJETO: AQUISIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS, SUPORTE TÉCNICO, CONSULTORIA ESPECIALIZADA/MENTORIA NA EXECUÇÃO DE PROJETOS E TREINAMENTO DE PRODUTOS DA PLATAFORMA QLIK.**
- **TIPO: MENOR PREÇO, AFERIDO PELO VALOR GLOBAL DO LOTE**
- **REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.**
- **MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO**
- **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** dia 31/03/2021, às 08:00 h
- **INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES:** dia 31/03/2021, às 10:00 h
- **FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:** Os pedidos poderão ser formulados de acordo com o item “5” deste edital.
- **SITE PARA CONSULTAS:** www.licitacoes-e.com.br ou www.pbh.gov.br
- **FONE:** (31) 3277-1400 – (31) 3246-0151 - (31) 98468-2608 - Giselle
- **CARTILHA DO FORNECEDOR:** Deverá ser de conhecimento de todos os licitantes, podendo ser impressa por meio do “site” www.licitacoes-e.com.br, através do “link” “Introdução às Regras do Jogo”, para que não ocorram dúvidas de procedimento durante a sessão.
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília.



1. DO PREÂMBULO

A Diretoria Central de Compras da Subsecretaria de Administração e Logística torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade pregão, por meio de utilização de recursos da tecnologia da informação – INTERNET, nos termos dos Decretos Municipais nº 12.436/06 e 17.317 de 2020 e nº 15.113/13, da Lei Municipal nº 10.936/16, das Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e Lei Complementar nº 123/06, observadas ainda as determinações das Leis Federais nº 12.846/13, nº 13.709/18 e demais legislações aplicáveis.

2. DO OBJETO

Aquisição e atualização de licenças, suporte técnico, consultoria especializada/mentoria na execução de projetos e treinamento de produtos da plataforma Qlik, conforme descrição detalhada constante no Anexo I deste edital.

3. DAS DISPOSIÇÕES/RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

- 3.1. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condição de segurança-criptografia e autenticação em todas as suas fases.
- 3.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, denominado pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante do “site” www.licitacoes-e.com.br.

4. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

SMFA

0800.1100.04.122.105.2.900.0001.449040.05.0000 1-00 ficha 410
0800.1100.04.122.105.2.900.0001.339040.11.0000 1-00 ficha 406

CTGM

2400.1100.04.124.012.2366.0001.449040-05.0000 ficha 3891
2400.1100.04.124.012.2366.0001.339040-09.0300 ficha 2420

GCMBH

2100.2900.06.181.109.2803.0001.449040-05.0000 ficha
2100.2900.06.181.109.2803.0001.339040-09.0000 ficha

SMPOG

0600.1500.04.121.004.2.518.0001.449040-05.0000 ficha 217
0600.1500.04.121.004.2.518.0001.339040-09.0000 ficha 215

SMOBI

2700.1100.15.452.057.2770.0001.449040-05.0000 ficha 2783
2700.1100.15.452.057.2770.0001.449035-01.0000 ficha 3895
2700.1100.15.452.057.2770.0001.449039-32.0000 ficha 3896



5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 5.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser apresentados até o 3º dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, via INTERNET, para o e-mail gclic@pbh.gov.br ou ser entregues diretamente no Protocolo Central da Secretaria Municipal de Fazenda, situado na Rua Espírito Santo, 605, Centro - Belo Horizonte / MG, CEP 30.160-919, no horário de 8 h às 17 h.
- 5.2. As respostas serão disponibilizadas diretamente no “site” www.licitacoes-e.com.br, no “link” correspondente a este edital e no “site” da PBH no endereço <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes> e poderão ser acessados por todos os licitantes.

6. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 6.1. Poderá ser apresentada IMPUGNAÇÃO ao Edital deste Pregão até o 3º dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública.
- 6.2. As razões de impugnação ao edital, poderão ser enviadas via INTERNET, para o e-mail gclic@pbh.gov.br, ou ser entregues diretamente no Protocolo Central da Secretaria Municipal de Fazenda, situado na Rua Espírito Santo, 605, Centro - Belo Horizonte / MG, CEP 30.160-919, no horário de 8 h as 17 h.
- 6.3. Não serão acolhidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal.
- 6.4. As respostas serão disponibilizadas diretamente no “site” www.licitacoes-e.com.br, no “link” correspondente a este edital e no “site” da PBH no endereço <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes> e poderão ser acessados por todos os licitantes.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 7.1. Poderão participar deste procedimento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.
- 7.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:
- estejam constituídos sob a forma de consórcio;
 - estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município;
 - tenham sido declarados inidôneos ou impedidos de licitar e contratar em qualquer esfera de Governo;
 - estejam sob falência, dissolução ou liquidação;
 - estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;
 - demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.
- 7.3. A observância das vedações do subitem 7.2 é de inteira responsabilidade do LICITANTE que, em caso de descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.
- 7.4. Poderá ser constatado eventual descumprimento das vedações elencadas no subitem 7.2, mediante consulta aos meios legais disponíveis, inclusive ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.



8. DO CREDENCIAMENTO JUNTO AO BANCO DO BRASIL

- 8.1. Os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S/A sediadas no País.
- 8.2. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa devidamente justificada do Banco do Brasil S/A.
- 8.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo ao Banco do Brasil S/A ou ao Município de Belo Horizonte a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, ainda que por terceiros.
- 8.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade do licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e na presunção de capacidade técnica e habilitatória para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

9. DO ACESSO E DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 9.1. O acesso deve ser feito na página inicial do “site” www.licitacoes-e.com.br, opção “Acesso Identificado”.
- 9.2. A participação no pregão eletrônico se dará por meio da digitação da chave de identificação e da senha pessoal do representante credenciado e da subsequente inserção da proposta de preços e dos documentos de habilitação exigidos no edital até data e horário limite estabelecidos para a abertura das propostas.
 - 9.2.1. O licitante deverá obrigatoriamente identificar o tipo de segmento da empresa, ficando responsável pela legitimidade e veracidade desta informação, sob pena de aplicação da penalidade prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e demais penalidades previstas na legislação cabível ou aplicável.
- 9.3. O acesso à sala de disputa deve ser feito na página inicial do “site” www.licitacoes-e.com.br, opção “Sala de Disputa”.
- 9.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo do pregão, desde a publicação até a homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de sua desconexão ou da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pelo pregoeiro, bem como da perda do direito de exercer o benefício previsto na Lei Complementar nº 123/06.
 - 9.4.1. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
 - 9.4.2. Havendo desconexão do pregoeiro por prazo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e reiniciada somente após decorridas no mínimo vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



9.5. A inserção da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste edital.

9.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico proposta inicial e documentos de habilitação, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.1.1. **A Proposta Inicial a ser inserida deverá conter apenas o valor global do(s) lote(s), conforme Anexo II.** Os valores unitários dos itens que compõem os lotes serão exigidos apenas na Proposta Ajustada, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, nos termos do item 13 e Anexo III.

10.1.2. **Os documentos de habilitação exigidos nesse edital deverão ser anexados em local próprio disponibilizado pelo sistema licitacoes-e, SENDO VEDADA, SOB PENA DE INABILITAÇÃO, sua substituição por link que permita acesso aos referidos documentos.**

10.1.3. **O licitante poderá replicar os documentos lançados em um lote para todos os demais lotes em que tenha interesse em participar, devendo, para tanto observar as instruções constantes do sistema, disponíveis no seguinte link:**
<https://www.licitacoes-e.com.br/aop/documentos/FORNECEDORARQUIVO.pdf>.

10.1.3.1. Caso a documentação não seja anexada no lote ou não esteja disponível no sistema para verificação no ato do julgamento, o licitante será inabilitado.

10.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão inserir toda a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

10.3. Para efeito do julgamento da habilitação, os documentos inseridos pelo licitante deverão comprovar a sua regularidade na data da abertura das propostas, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.

10.4. O licitante deverá adotar como referência para sua proposta as informações constantes no presente edital e seus anexos.

10.5. Quando do lançamento da proposta inicial, por meio do SISTEMA ELETRÔNICO, o licitante deverá lançar o valor global do lote em moeda corrente nacional para todo o serviço/fornecimento, com duas casas decimais.



10.5.1. No preço proposto deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, fretes até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente pregão.

10.5.2. É vedada a identificação do licitante quando do preenchimento da PROPOSTA ELETRÔNICA, sob pena de desclassificação imediata.

10.6. É vedada a participação de um mesmo procurador como representante de licitantes diferentes em um mesmo lote.

10.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até o horário limite para o acolhimento das propostas.

10.8. O licitante poderá concorrer apenas no lote que for de sua conveniência, desde que em sua totalidade.

11. DA CONDUÇÃO DO CERTAME

11.1. O certame será conduzido pelo pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) coordenar o procedimento licitatório;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos
- c) abrir e conduzir a sessão pública na INTERNET;
- d) abrir as propostas de preços, examiná-las e classificá-las para a disputa de lances;
- e) conduzir a etapa de lances;
- f) julgar a proposta e a habilitação do arrematante;
- g) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- h) receber, examinar e decidir recurso, encaminhando-o à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- i) declarar o vencedor do certame;
- j) adjudicar o objeto, exceto quando, havendo recurso, mantiver a sua decisão, hipótese em que a adjudicação será feita por autoridade superior;
- k) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para homologação.
- l) conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

11.2. O pregoeiro, no exercício de suas funções, poderá valer-se de pareceres técnicos e/ou jurídicos exarados por servidor/comissão devidamente constituídos, para embasar sua decisão quando do julgamento das fases de habilitação e proposta.

11.3. Todas as ações do pregoeiro serão formalizadas via Sistema Eletrônico.

12. DOS PROCEDIMENTOS

12.1. A sessão pública do pregão eletrônico terá início a partir do horário previsto neste edital, com a abertura das propostas de preços recebidas, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas ou desclassificá-las no caso de não atenderem às exigências editalícias.

12.1.1. A critério do pregoeiro a disputa dos lotes poderá ocorrer de forma simultânea.



- 12.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o licitante será imediatamente informado de seu recebimento e dos respectivos registros de horário e valor.
- 12.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 12.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 12.5. Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado por participante, vedada a identificação do detentor do lance.
- 12.6. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e transcorrido o período de tempo, aleatoriamente determinado, de até dez minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 12.7. Encerrado o prazo aleatório previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o licitante da oferta de valor mais baixo e os licitantes das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 12.7.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas acima, os licitantes dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 12.8. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 12.9. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um **único** lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 12.9.1. Encerrado esse prazo o sistema ordenará os lances em ordem crescente de valores.
- 12.9.2. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 12.9.
- 12.10. O intervalo entre os lances enviados não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de não serem registrados pelo sistema.
- 12.11. O sistema anunciará o arrematante após o encerramento da etapa de lances da sessão pública.
- 12.12. Ocorrendo a situação de empate prevista nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, após a disputa de cada lote, o Sistema Eletrônico possibilitará, automaticamente, a condução pelo pregoeiro dos procedimentos para obtenção dos benefícios previstos.



- 12.12.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas eletrônicas apresentadas pelos beneficiários da Lei Complementar 123/06 sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, que não tiver sido apresentada por empresa beneficiária.
- 12.13. Nas hipóteses de desclassificação ou inabilitação do então arrematante, o pregoeiro **verificará a ocorrência de nova situação de empate**, assegurando a preferência de contratação para os beneficiários da **Lei Complementar nº 123/2006**, procedendo da seguinte forma:
- a) convocação para realização de sessão pública, eletrônica, via “chat” de mensagem com antecedência mínima de 06 (seis) horas, onde será concedido ao beneficiário mais bem classificado, oportunidade de exercer o seu direito de preferência, **no prazo máximo de 5 (cinco) minutos**, apresentando proposta de preço inferior à atual, ofertada por empresa que não esteja enquadrada como beneficiária. Tal proposta deverá ser apresentada no prazo e limites estabelecidos pelo pregoeiro, diretamente no “chat” de mensagem do sistema eletrônico;
 - b) a apresentação de proposta após o prazo estipulado na sessão pública implicará na decadência do direito conferido pela Lei Complementar nº 123/2006, sendo convocadas as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na mesma situação, respeitada a ordem de classificação das propostas, para o exercício do mesmo direito, observado o procedimento previsto na alínea anterior;
- 12.14. Encerrada a etapa de lances, bem como todos os procedimentos relativos à situação de empate prevista nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 12.14.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 12.15. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta ajustada adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 12.16. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.
- 12.16.1. O pregoeiro poderá solicitar a demonstração da exequibilidade da proposta após o término da fase competitiva.
- 12.17. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao presente edital, observado o disposto no subitem 12.9.



- 12.18. Após a etapa de envio de lances, bem como a cada desclassificação ou inabilitação, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.
- 12.19. Caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, serão aplicados os critérios de desempate nos termos do subitem 12.18.
- 12.20. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 12.21. Após a declaração do vencedor e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado aos beneficiários da Lei Complementar nº 123/06 o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da mesma.
- 12.21.1. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista prevista no subitem 12.21 dependerá de requerimento pelo interessado, devidamente fundamentado, dirigido ao pregoeiro.
- 12.21.2. O requerimento deverá ser apresentado, via sistema eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização fiscal e trabalhista.
- 12.21.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇO AJUSTADA

- 13.1. Após a convocação pelo pregoeiro, o arrematante deverá apresentar Proposta Ajustada, conforme modelo Anexo III.
- 13.2. A proposta de preços ajustada deverá conter:
- 13.2.1. razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;
- 13.2.2. modalidade e número da licitação;
- 13.2.3. descrição sucinta da prestação do serviço conforme este edital e anexos;
- 13.2.4. valor global do lote, discriminando o valor unitário e total do(s) item(ns) que o compõe;
- 13.2.4.1. o(s) valor(es) unitário(s) e total(is) deve(m) ser apresentado(s) em moeda corrente nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais.
- 13.2.4.2. o valor global do(s) lote(s) deve ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais.

13.2.4.2.1. Quando a divisão do valor total/global pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 2 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais. O valor global de cada lote obtido após a adequação deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado.

13.2.5. declaração de validade da proposta de 90 (noventa) dias, contados da assinatura;

13.3. **Juntamente com a proposta de preços ajustada a empresa arrematante deverá apresentar:**

13.3.1. Declaração de **BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**, conforme modelo Anexo V, no caso de beneficiário.

13.3.2. Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo Anexo VI.

14. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

14.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, concomitantemente com a proposta inicial, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.

14.1.1. Os documentos de habilitação exigidos nesse edital deverão ser anexados em local próprio disponibilizado pelo sistema licitacoes-e, SENDO VEDADA, SOB PENA DE INABILITAÇÃO, sua substituição por link que permita acesso aos referidos documentos.

14.1.2. O licitante poderá replicar os documentos lançados em um lote para todos os demais lotes em que tenha interesse em participar, devendo, para tanto observar as instruções constantes do sistema, disponíveis no seguinte link:
<https://www.licitacoes-e.com.br/aop/documentos/FORNECEDORARQUIVO.pdf>.

14.1.2.1. Caso a documentação não seja anexada no lote ou não esteja disponível no sistema para verificação no ato do julgamento, o licitante será inabilitado.

14.2. Para habilitação dos licitantes será exigida a **documentação relacionada abaixo:**

14.2.1. Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Observação: Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

14.2.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.2.3. Qualificação Técnica:

- a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando:

a.1. Para o Lote 01

- a.1.1. que o licitante fornece ou forneceu bens de natureza compatível com o objeto itens 1 e 2;
- a.1.2. que o licitante presta ou prestou serviços de mesma natureza compatível com o objeto dos itens 3 e 4.

a.2. Para o Lote 02

- a.2.1. que o licitante presta ou prestou serviços de natureza de capacitação compatível com o objeto.

a.3. Para o Lote 03

- a.3.1. que o licitante presta ou prestou serviços de natureza de consultoria / mentoria compatível com o objeto.

- a.4. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar emitido(s) em papel(eis) timbrado(s) do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediu(ram), ou deverá(ão) conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s) ou outra informação que permita a devida identificação do emitente.

- a.5. O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.



a.6. Não será(ão) aceito(s) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) pelo próprio licitante.

14.2.4. Qualificação Econômico-Financeira:

a) Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil do Resultado do Último Exercício Social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que demonstrem a situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo ser observados os subitens abaixo para o devido enquadramento.

a.1. Serão considerados, “na forma da lei”, o Balanço Patrimonial e a Demonstração Contábil do Resultado do Último Exercício Social, assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por fotocópia do livro Diário, devidamente registrado/autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado no órgão de registro equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou
- d) na forma de escrituração contábil digital (ECD) nos termos da Instrução Normativa da RFB.

a.2. As empresas com menos de um ano de existência, desde que não enquadradas no art. 1.065 do Código Civil, devem apresentar Balanço de Abertura devidamente registrado/autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado no órgão de registro equivalente.

a.3. O Balanço Patrimonial (inclusive o Balanço de Abertura) e a Demonstração Contábil do Resultado do Último Exercício Social deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade.

b) Cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, sendo considerado habilitado o licitante que apresentar resultado igual ou maior que 1 (um), em todos os índices aqui mencionados:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.1. O licitante que apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem acima deverá comprovar patrimônio líquido ou capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor da proposta.

b.2. Reserva-se ao pregoeiro o direito de efetuar os cálculos, caso o memorial dos cálculos dos índices não seja apresentado.

c) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, quando for o caso.



- c.1. Na hipótese em que a certidão para recuperação judicial ou extrajudicial for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.
- 14.2.5.** Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, conforme modelo do Anexo IV.
- 14.3. As exigências relacionadas no subitem 14.2. poderão ser comprovadas por documentos constantes dos **cadastros** que demonstrem a situação do licitante junto ao SUCAF e/ou CAGEF.
- 14.3.1. **Caso o Licitante não esteja habilitado na (s) linha (s) de fornecimento/serviço compatível (véis) com o (s) objeto (s) licitado(s)**, deverá anexar, o Estatuto ou Contrato social em vigor acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) ou a última alteração consolidada, para análise do objeto social quanto à compatibilidade em relação ao(s) objeto(s) licitado(s).
- 14.3.2. Caso não conste nos referidos **cadastros** quaisquer documentos exigidos no subitem 14.2. o licitante deverá anexá-los, devendo estar os mesmos em vigor na data da abertura das propostas.
- 14.4. Os licitantes que utilizarem **os cadastros citados** no subitem 14.3 deverão, **caso os mesmos não comprovem as exigências de capacidade técnica elencadas no subitem 14.2.3**, apresentá-las nos termos do subitem 14.2.3 para comprovação.
- 14.5. Os licitantes que utilizarem **os cadastros relacionados** no subitem 14.3 deverão, **caso os mesmos não comprovem as exigências de qualificação econômico-financeira elencadas no subitem 14.2.4**, apresentá-las nos termos do subitem 14.2.4 para comprovação.
- 14.6. O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, quando houver, sujeitando-se às penalidades cabíveis.
- 14.7. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, devendo ser observado:
- a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da mesma;
 - b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;
 - c) para efeito de qualificação técnica serão admitidos atestados de capacidade técnica emitidos em nome da matriz e/ou filial.
- 14.8. Para fins de habilitação, **os documentos que não possuírem prazo de validade** deverão possuir data de emissão de no máximo **180 (cento e oitenta) dias**, tendo como referência a data de abertura da proposta.
- 14.8.1. Não se enquadram no **subitem** 14.8 os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, inclusive quanto aos atestados de capacidade técnica.



14.9. Os beneficiários da Lei Complementar nº 123/06 deverão apresentar toda a documentação de habilitação referente à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, como condição para ter o objeto adjudicado a seu favor.

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a devida regularização ocorrerá conforme disposto no subitem 12.21.

14.10. Para efeito do julgamento da habilitação, os documentos inseridos pelo licitante deverão comprovar a sua regularidade na data da abertura das propostas, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.

15. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

15.1. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO, AFERIDO PELO VALOR GLOBAL DO LOTE**, para a prestação do serviço objeto desta licitação, observadas as exigências deste edital e seus anexos.

15.1.1. No certame será analisado o valor unitário de cada item que compõem o lote; portanto quando da avaliação da aceitabilidade da proposta será considerado o valor referencial de mercado de cada item.

16. DOS RECURSOS

16.1. Declarado o vencedor ou restando o lote fracassado, o licitante, inclusive aquele que foi desclassificado antes da sessão de lances, poderá manifestar motivadamente a intenção de recorrer. Esta manifestação deverá ser realizada via sistema eletrônico, nas 24 (vinte e quatro) horas imediatamente posteriores ao ato da declaração de vencedor ou do lote fracassado.

16.1.1. A manifestação a que se refere o subitem anterior deverá ser motivada e efetivada através do botão virtual “intenção de recurso” do sistema eletrônico.

16.2. Não serão acolhidos os recursos apresentados fora do prazo legal, nem os recursos subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para representar o licitante.

16.3. Será concedido o prazo de **3 (três) dias** para apresentação das razões de recurso, contados do término do prazo para manifestação motivada da intenção de recorrer. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a ser contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.4. A ausência de manifestação da intenção de recorrer, a ausência da motivação da intenção ou a não apresentação das razões de recurso importará na decadência do direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

16.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



- 16.6. As razões do recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas via INTERNET, para o e-mail glic@pbh.gov.br ou ser entregues diretamente no Protocolo Central da Secretaria Municipal de Fazenda, situado na Rua Espírito Santo, 605, Centro - Belo Horizonte / MG, CEP 30.160-919, no horário de 8 h as 17 h.
- 16.7. As respostas serão disponibilizadas diretamente no “site” www.licitacoes-e.com.br, no “link” correspondente a este edital e no “site” da PBH no endereço <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes> e poderão ser acessados por todos os licitantes.

17. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 17.1. Homologada a licitação será firmado contrato com o licitante vencedor do presente pregão nos termos da minuta constante do Anexo VIII, parte integrante deste edital, que conterà, dentre suas cláusulas, as de Condições de Pagamento, Obrigações da Contratada e Obrigações do Contratante.
- 17.1.1. É condição para a celebração do contrato a manutenção de todas as condições exigidas na habilitação.

- 17.2. O contrato terá, a partir da data de sua assinatura, a vigência de:

17.2.1. Lote 1: 12 (doze) meses.

17.2.1. Lote 2: 5 (cinco) meses.

17.2.1. Lote 3: 7 (sete) meses.

- 17.3. A Adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva convocação.

17.3.1. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

17.3.2. Quando da assinatura do contrato a adjudicatária deverá apresentar Declaração da Lei Orgânica, conforme modelo Anexo VII.

- 17.4. A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido no subitem 17.3, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar remanescentes, na ordem de classificação, nos termos da legislação aplicável.

- 17.5. As despesas com a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município “DOM” correrão por conta da Administração Municipal.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Licitante e/ou da Adjudicatária/Contratada, sujeitando-a às seguintes penalidades:

18.1.1. advertência.

18.1.2. multas nos seguintes percentuais:



- a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços/entrega dos produtos, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal.
- b) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o contrato.
- c) multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação, na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas.
- d) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas.
- e) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.
- f) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando o infrator der causa à rescisão do mesmo.
- g) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.

18.1.3. impedimento de licitar e contratar, com o conseqüente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02 e do art. 49 do Decreto Municipal nº 17.317/2020.

18.1.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

18.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente.

18.2.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação e/ou da garantia contratual.

18.2.2. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

18.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal Adjunto competente.

18.4. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário Municipal competente.



- 18.5. Na notificação de aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 18.6. Na notificação de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 18.7. No caso de aplicação das penalidades previstas será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.
- 18.8. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.
- 18.8.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.
- 18.9. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.
- 18.10. Poderá, ainda, ser objeto de apuração e processo administrativo a prática considerada abusiva, inclusive aquela caracterizada por proposta com preço manifestamente majorado ou inexequível.

19. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 19.1. Exigir-se-á da adjudicatária, previamente à assinatura do contrato, a prestação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado, podendo optar por uma das seguintes modalidades:
- I - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II – seguro garantia;
- III - fiança bancária.
- 19.1.1. A opção pela modalidade de garantia será feita quando da convocação pela Administração Municipal.
- 19.1.2. Caso seja feita opção pela modalidade caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida obrigatoriamente na Caixa Econômica Federal (Banco 104) através da Conta Nº 71096-9 (Operação 006) – Agência 0093-0.
- 19.2. A caução em dinheiro só será devolvida após o cumprimento total das obrigações contratuais.
- 19.3. A cobertura do seguro garantia vigorará até a extinção das obrigações do tomador, devendo este efetuar o pagamento do respectivo prêmio por todo o período da garantia, independentemente do prazo de vigência indicado na apólice.



- 19.4. A garantia na forma de Fiança Bancária terá sua vigência até o cumprimento total das obrigações contratuais.
- 19.5. O Município de Belo Horizonte poderá utilizar, total ou parcialmente, da garantia exigida para ressarcir-se de multas estabelecidas no contrato.
- 19.6. O valor da garantia poderá ser utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, obrigando-se a Contratada a fazer a respectiva reposição no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis, contado da data em que for notificada.
- 19.6.1. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.
- 19.7. As modalidades de seguro garantia e de fiança bancária não podem trazer cláusulas restritivas do uso da garantia e nem de limitações de prazo para comunicado de sinistro, se for o caso.
- 19.8. Havendo necessidade de alteração da garantia, a CONTRATADA deverá efetuar a pertinente adequação, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, sob pena de aplicação das sanções administrativas pertinentes.

20. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 20.1. Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pelo Município de Belo Horizonte serão observadas as determinações que se seguem.
- 20.2. O Município exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:
- 20.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;
- 20.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;
- 20.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;
- 20.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;
- 20.2.5. “prática obstrutiva” significa:
- 20.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o



objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

20.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

20.3. O Município rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

20.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa ou interesse público devidamente justificado, sem que caiba ao licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

21.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação e da execução do contrato. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.3. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

21.3.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

21.4. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

21.5. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

21.6. A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões poderá constituir meio legal de prova, para fins de habilitação, respeitado o disposto nos itens 14.3 e 14.10.



- 21.6.1. O Município de Belo Horizonte não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade do acesso ao documento nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será inabilitado.
- 21.7. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto nos §§1º e 2º, art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 21.7.1. Para aditamento do quantitativo deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 13.757 de 26.10.2009 e suas alterações.
- 21.8. A tolerância do Município de Belo Horizonte com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada não importará de forma alguma em alteração ou novação.
- 21.9. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.10. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via Sistema Eletrônico ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.
- 21.11. Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo pregoeiro ou pela autoridade a ele superior.
- 21.12. A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste edital.
- 21.13. A Contratada deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 21.14. Se a empresa vencedora não for cadastrada no SUCAF, a documentação apresentada para fins de habilitação poderá ser enviada ao órgão competente para as devidas providências relativas ao seu cadastramento.
- 21.14.1. Nessa hipótese, a exigência prevista no art. 4º do Decreto Municipal 11.245/03 será cumprida mediante o encaminhamento da referida documentação e da proposta constando a solicitação para cadastramento.
- 21.15. Se a empresa vencedora já se encontrar cadastrada deverá manter a documentação atualizada.
- 21.16. A Contratada não poderá:
- 21.16.1. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada;



- 21.16.2. associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do Contratante.
- 21.17. Aplicam-se ao objeto licitado todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.
- 21.18. A Licitante/Contratada fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.
- 21.19. O valor global estimado para a contratação é de R\$ R\$ 953.010,36 (Novecentos e cinquenta e três mil, dez reais e trinta e seis centavos) sendo:
Lote 1: R\$ 484.400,36
Lote 2: R\$ 213.160,00
Lote 3; R\$ 255.450,00
- 21.20. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultante deste edital será o da Comarca de Belo Horizonte.
- 21.21. Fazem parte integrante deste edital:
- Anexo I – Projeto Básico;
 - Anexo I-A – Projeto Básico – Lote 01;
 - Anexo I-B – Projeto Básico – Lote 02;
 - Anexo I-C – Projeto Básico – Lote 03;
 - Anexo II - Modelo de Proposta de Preços Inicial;
 - Anexo III -Modelo de Proposta de Preços Ajustada;
 - Anexo IV – Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica;
 - Anexo V – Modelo de Declaração de **BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**;
 - Anexo VI– Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
 - Anexo VII – Modelo de Declaração da Lei Orgânica;
 - Anexo VIII - Minuta do contrato.

Belo Horizonte, 15 de março de 2021

Emerson Duarte Menezes
Diretoria Central de Compras

Breno Serôa da Motta
Subsecretaria de Administração e Logística

**ANEXO I-A****PROJETO BÁSICO – Lote 01****1. OBJETO**

Aquisição e atualização de licenças, suporte técnico, consultoria especializada/mentoria na execução de projetos e treinamento de produtos da plataforma Qlik, conforme tabela abaixo:

Lote 01				
Item	Descrição	SICAM	QTE	UN.
1	QlikSense Enterprise p/a User Model Site – Professional Users – Unidade de licença	82099	17	UN.
2	Qlik Sense Enterprise p/a User Model Site – Analyzer Users – Unidade de licença	82100	37	UN.
3	Serviço de suporte técnico e atualização de software para o item 1 - "QlikSense Enterprise p/a User Model Site – Professional Users" por unidade de licença adquirida por 12 meses.	Família de Serviço SICAM 0341	44	UN.
4	Serviço de suporte técnico e atualização de software para o item 2 - Qlik Sense Enterprise p/a User Model Site – Analyzer Users", por unidade de licença adquirida por 12 meses.	Família de Serviço SICAM 0341	37	UN.
5	Serviço de suporte técnico e atualização de software para "Qlik Sense Enterprise Test Site with Productionin Site Capacity", por unidade de licença adquirida, já instalada no ambiente Datacenter PBH/Prodabel, por 12 meses.	Família de Serviço SICAM 0341	1	UN.
6	Serviço de suporte técnico e atualização de software para "Qlik Nprinting Server" por unidade de licença adquirida, já instalada no ambiente Datacenter PBH/Prodabel, por 12 meses	Família de Serviço SICAM 0341	1	UN.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO**2.1. Itens 1 e 2 do Lote 01- Aquisição de licenças Qlik Sense Enterprise p/a User Model Site – Professional Users e Analyzer Users**

2.1.1. As licenças referenciadas nos itens 1 e 2 deverão permitir a utilização das respectivas ferramentas e softwares em suas versões mais recentes disponibilizadas pelo fabricante, bem como em versões anteriores não obsoletas.

2.2. Itens 3, 4, 5 e 6 do Lote 01- Serviços de suporte técnico e atualização de software

- 2.2.1. Os serviços de suporte técnico e de atualização de versão têm por finalidade garantir a sustentação, a plena utilização e atualização da solução durante a vigência do contrato;
- 2.2.2. O serviço de suporte técnico destina-se a sanar dúvidas relacionadas com instalação, configuração e uso do software ou para correção de problemas de software, em especial na configuração de parâmetros, falhas, erros, defeitos ou vícios identificados no funcionamento da solução. O serviço poderá ser realizado remotamente ou nas instalações da CONTRATADA ou da CONTRATANTE, conforme o caso;
- 2.2.3. O serviço de suporte técnico deverá incluir também atendimento a eventual problema de instalação ou configuração de softwares básicos da plataforma Qlik;
- 2.2.4. O serviço de atualização de versão refere-se ao fornecimento de novas versões e releases dos produtos da solução lançados no decorrer da vigência do contrato. A cada nova liberação de versão e release, a CONTRATADA deverá fornecer as atualizações de manuais e demais documentos técnicos, bem como nota informativa das novas funcionalidades implementadas. Em caso de lançamento de patch de correção, a CONTRATADA deverá comunicar o fato à CONTRATANTE e indicar a forma de obtenção do patch de correção e os defeitos que serão corrigidos pelo patch. Em ambos os casos, a comunicação deve ser feita no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do lançamento de nova versão ou patch solução de correção;
- 2.2.5. O atendimento remoto corresponde ao atendimento, por site, telefone ou e-mail ou ferramenta de acesso remoto, para solução de problemas (suporte técnico para o tratamento de falhas, dúvidas, orientações técnicas para a perfeita utilização da solução e investigação de supostos erros). Quando remotamente não for possível a resolução do chamado de suporte no prazo estabelecido, a continuidade do atendimento deverá ser feita de forma presencial, ou seja, com o especialista da CONTRATADA presente nas instalações da CONTRATANTE, até a completa solução do mesmo. Esse serviço de suporte é fundamental para garantir a plena utilização e funcionamento contínuo da solução nos ambientes de desenvolvimento, homologação e de produção da CONTRATANTE;
- 2.2.6. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE os meios de acionamento do serviço, como número de telefone, e-mail e endereço de sitio na Internet;
- 2.2.7. Os serviços de suporte técnico e de atualização de versões de software deverão atender aos níveis de serviço estabelecidos para a solução de problemas reportados pela CONTRATANTE. No atendimento dos chamados, para efeitos de apuração do tempo gasto pela CONTRATADA para a início de atendimento e disponibilização da solução, serão considerados os períodos entre 08:00 e 20:00, em dias úteis, e serão desconsiderados os períodos em que à CONTRATANTE estiver responsável por executar ações necessárias para a análise e solução da ocorrência.
- 2.2.8. Os problemas serão categorizados por nível de prioridade, impacto na condição operacional da solução e expectativa de prazo máximo de atendimento, conforme quadro a seguir:



Prioridade	Descrição	Prazo para início de atendimento	Prazo para solução do problema
1	Pedidos de orientação sobre utilização – não relacionados a perdas de funcionalidade – sugestões de melhorias em produtos e/ou sua documentação	2 horas úteis após abertura do chamado.	02 (dois) dias úteis. O atendimento será concluído com a apresentação ao usuário da resposta à dúvida ou sugestão apresentada
2	Reportes de perda parcial de funcionalidades ou funcionamento em desacordo com as especificações	4 horas úteis após abertura do chamado.	03 (três) dias úteis. O atendimento será concluído com a normalização da operação da funcionalidade reportada
3	Problema restringe o pleno funcionamento do software em ambiente de produção. Reportes de inoperância da solução ou insuficiência crítica de desempenho, requerendo intervenção imediata de um analista da CONTRATADA.	01 (um) dia útil	01 (um) dia útil. O atendimento será concluído com a normalização da operação da solução
4	Problema não afeta o funcionamento do software em ambiente de produção ou problema inerente aos demais ambientes.	24 horas úteis após abertura do chamado.	72 horas úteis após abertura do chamado.
5	Instalação de novas versões /ou aplicação de correções programadas nos produtos da solução.	2 dias corridos	10 dias corridos após abertura do chamado.

- 2.3. Para a prestação dos serviços, a CONTRATADA será responsável pela disponibilização de quantidade e níveis técnicos de profissionais de acordo com a complexidade, criticidade e demais características dos projetos e atividades;
- 2.4. Os serviços serão requisitados pela CONTRATANTE mediante a definição do escopo para cada demanda;
- 2.5. A CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA os serviços efetivamente realizados em cada mês, não sendo devido o pagamento de quaisquer valores a título de franquia ou garantia de execução de valores mínimos;
- 2.6. A administração da prestação dos serviços será realizada por intermédio de Ordens de Serviço (OS) emitidas pela CONTRATANTE;
- 2.7. A emissão, o aceite, a execução, a entrega e recebimento das Ordens de Serviço serão formalizados por instrumento específico, em comum acordo entre as partes, podendo se valer da utilização de ferramenta informatizada disponibilizada pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE.



- 2.8. As Ordens de Serviço (OS) conterão as especificações necessárias para a execução das tarefas e deverão obedecer ao seguinte fluxo operacional:
- a) A CONTRATANTE emite OS especificando o serviço a ser executado;
 - b) A CONTRATADA executa e entrega os serviços emitindo relatório de atividades executadas referenciada na OS;
 - c) A CONTRATANTE, após a homologação do relatório acima, emite termo de aceite e libera OS para faturamento;
 - d) A CONTRATADA emite nota fiscal para faturamento da prestação de serviço homologada;
 - e) A CONTRATANTE atesta nota fiscal emitida e encaminha para efetivo pagamento.
- 2.9. A CONTRATADA deverá dispor de responsável técnico com todos os requisitos exigidos imediatamente após a abertura, e durante a execução, das Ordens de Serviço, sob pena de aplicação, por parte da CONTRATANTE, de sanções administrativas por descumprimento desta obrigação.
- 2.10. A CONTRATANTE reserva-se no direito de efetuar diligências junto aos emitentes ou declarantes dos documentos com a finalidade de elucidação de dúvidas ou comprovação de sua autenticidade.
- 2.11. Os serviços poderão ser executados na sede da CONTRATADA ou em locais por ela indicados situados em Belo Horizonte – MG.
- 2.12. Atividades que exigirão a presença de Servidores ou colaboradores da CONTRATANTE, tais como reuniões, entrevistas, levantamento de requisitos, entre outras, deverão ser realizadas exclusivamente na sede da CONTRATANTE ou em local designado pelo mesmo;
- 2.13. A CONTRATADA deverá fornecer meios para que a CONTRATANTE avalie e homologue os resultados dos serviços especificados nas Ordens de Serviço (OS), podendo se valer de infraestrutura própria ou da CONTRATANTE;
- 2.14. Os serviços executados nas dependências da CONTRATANTE deverão ser em dias úteis, preferencialmente de acordo com o horário de expediente da CONTRATANTE, ou mediante negociação entre as partes.
- 2.15. Cabe a CONTRATANTE a determinação, coordenação, supervisão, gestão, controle e fiscalização dos serviços a serem prestados, e a CONTRATADA a responsabilidade pela execução operacional, através do gerenciamento dos seus recursos humanos e físicos.
- 2.16. Deverão ser repassados à CONTRATANTE todos os códigos fontes, programas, projetos, bancos de dados, diagramas e scripts de geração de estruturas de dados acompanhados de toda a documentação necessária, os quais serão de propriedade da CONTRATANTE.
- 2.17. Todo artefato decorrente do contrato é de propriedade da CONTRATANTE e deverá ser apresentado a este a qualquer tempo, independente de comunicação prévia.
- 2.18. A CONTRATADA deverá indicar profissional para exercer o papel de Preposto durante toda a vigência do contrato, e que tenha capacidade técnica e gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual.



- 2.19. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para que o objeto deste processo seja cumprido em conformidade com a proposta apresentada, sendo que as despesas com pessoal, transporte, encargos sociais, guarda de materiais e seguros, ocorram sem quaisquer ônus adicionais a CONTRATANTE.
- 2.20. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de solicitar a substituição do Preposto ou do responsável técnico pela execução dos serviços indicado na OS que não atenderem às determinações repassadas, assim como apresentarem produtividade aquém do esperado.
- 2.21. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela manutenção do sigilo sobre os dados e informações contidas em quaisquer documentos ou mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos. Desta forma, aceita, declara que conhece e obriga-se a cumprir toda a legislação referente e às Normas e orientações expedidas pela CONTRATANTE.
- 2.22. Fica proibido à CONTRATADA a divulgação, em qualquer veículo de publicidade, mesmo que interno, de informações sobre os produtos criados e/ou serviços executados junto à CONTRATANTE sem a devida autorização formal por parte deste.

3. PRAZO DE ENTREGA:

- 3.1. Para os itens 1 e 2 do Lote 01 – “**Aquisição de licenças Qlik Sense Enterprise p/a User Model Site – Professional Users e Analyzer Users**” a entrega será em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota de empenho.
- 3.2. Para os itens 3, 4, 5 e 6 do Lote 01 - “**Serviços de suporte técnico e atualização de software**” deverá ocorrer imediatamente após o recebimento definitivo das licenças por um período de 12 meses. Conforme especificações técnicas do objeto.

4. DO LOCAL DE ENTREGA:

- 4.1. Para os itens 1 e 2 do Lote 01 - “**Aquisição de licenças Qlik Sense Enterprise p/a User Model Site – Professional Users e Analyzer Users**” a entrega deverá ser eletronicamente.
- 4.1.1. A URL/endereço eletrônico deverá ser fornecida pela CONTRATADA; **que auxiliará à CONTRATANTE em todas as fases do download.**
- 4.2. Para os itens 3, 4, 5 e 6 do Lote 01 - “**Serviços de suporte técnico e atualização de software**” O atendimento deverá ser preferencialmente remoto, por site, telefone ou e-mail ou ferramenta de acesso remoto, para solução de problemas (suporte técnico para o tratamento de falhas, dúvidas, orientações técnicas para a perfeita utilização da solução e investigação de supostos erros). Quando remotamente não for possível a resolução do chamado de suporte no prazo estabelecido, a continuidade do atendimento deverá ser realizada de forma presencial, ou seja, com o especialista da CONTRATADA presente nas instalações da CONTRATANTE, até a completa solução do mesmo. **Caso seja necessário o atendimento presencial, todas as despesas oriundas deste deslocamento (passagens aéreas, diárias, hospedagem, etc) serão de responsabilidade da CONTRATADA.**



5. RECEBIMENTO DOS PRODUTOS:

5.1. O recebimento dos itens 1 e 2 do Lote 01 serão entregues eletronicamente.

5.1.1. Após a instalação/configuração/teste com usuário no ambiente PBH, o CONTRATADO deverá enviar documento denominado "Carta de Entrega das Licenças Qlik" contendo os patrimônios e serial de cada licença adquirida. Esse documento configurará o aceite/a entrega das licenças.

5.2. O recebimento dos itens 3, 4, 5 e 6 do Lote 01 deverá ser preferencialmente remoto e quando remotamente não for possível o atendimento deverá ser realizado de forma presencial.

5.3. O recebimento das licenças, itens 1 e 2 do Lote 01, será realizado por cada Secretaria demandante, por meio de servidor ou comissão constituída para este fim e obedecerá ao seguinte trâmite:

5.3.1. A Contratada enviará Nota Fiscal proveniente do fornecimento da Nota de Empenho emitida por cada Secretaria demandante;

5.3.2. A comissão/servidor, de posse do(s) documento(s) apresentados pela Contratada, receberá o(s) produto(s) ou o(s) serviços(s) provisoriamente para verificação de especificação, quantidade, preços, prazos e outros pertinentes;

5.3.2.1. Após a aprovação será emitido Termo de Aceite Definitivo, e encaminhado juntamente com a Nota Fiscal para o setor responsável pelo pagamento da despesa;

5.3.2.2. Encontrando irregularidade, a CONTRATADA deverá proceder a sua substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação expedida pela CONTRATANTE.

5.4. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a comissão/servidor reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente para providências de penalização.

6. GARANTIA DO OBJETO - LOTE 01

6.1. A garantia do Lote 01 itens 01 e 02 será de, (.....) meses **(PREENCHER CONFORME PROPOSTA DA ADJUDICATÁRIA)**, a contar do recebimento definitivo, correspondente a atualização e manutenção dos softwares utilizados, incluindo correções de defeitos que afetem o desempenho, funcionalidade e configuração dos produtos e atualização da versão de novos “releases” que incorporem melhorias tecnológicas de desempenho e/ou funcionais (suporte técnico e manutenção);

6.2. Se, durante o período de garantia, a CONTRATADA for notificada de uma não conformidade dos entregáveis, a mesma deverá, sob sua responsabilidade, corrigir a referida não conformidade ou providenciar uma solução alternativa que a corrija, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento da notificação.

7. CONDIÇÕES DE FATURAMENTO / PAGAMENTO



- 7.1. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente **por Secretaria demandante**.
- 7.2. O faturamento será mensal, por Secretaria demandante, devendo ser apresentado às Gerências responsáveis pelo acompanhamento até o dia 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço para conferência e atestamento.
- 7.2.1. Para o fornecimento das licenças “itens 1 e 2” do Lote 01, os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar o produto e o quantitativo efetivamente entregue.
- 7.2.2. Para a prestação de serviços de suporte técnico “itens 3, 4, 5 e 6” do Lote 01 os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação dos serviços realizados e o período da execução.
- 7.3. O processamento e o pagamento serão realizados pelas áreas demandantes de cada Secretaria participante, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do adimplemento do serviço/produto.
- 7.4. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação dos serviços realizada e o período da execução e/ou discriminar o produto e o quantitativo efetivamente entregue.
- 7.5. Na decorrência de necessidade de providências complementares e/ou irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data de sua reapresentação devidamente regularizada.



ANEXO I-B

PROJETO BÁSICO – Lote 02

1. OBJETO

Aquisição e atualização de licenças, suporte técnico, consultoria especializada/mentoria na execução de projetos e treinamento de produtos da plataforma Qlik, conforme tabela abaixo:

Lote 02				
Item	Descrição	SICAM	QTE	UN.
1	Treinamento para desenvolvedores em “QlikSense Named User Cal – Licenças Nomeadas(Unidade: Número de alunos)	Família de Serviço SICAM 0341	11	ALUNOS
2	Treinamento específico para usuários das Licenças Nomeadas – perfil Analyzer” com carga horária mínima de 08 (oito) horas. (Unidade: Número de alunos)	Família de Serviço SICAM 0341	14	ALUNOS
3	Treinamento para o usuário, referente ao item "Qlik Nprinting" (Unidade: Número de alunos)	Família de Serviço SICAM 0341	15	ALUNOS

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

2.1. Treinamento para servidores usuários das licenças de perfil Professional; Analyzer e utilizadores da ferramenta Nprinting

2.1.1. Deverão ser ministrados presencialmente nas dependências da CONTRATANTE, na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais, os treinamentos oficiais de produtos da plataforma Qlik, acompanhado do respectivo material didático, na modalidade in company, **para turmas fechadas de até 10 alunos;**

2.1.2. Os instrutores responsáveis pela execução dos cursos deverão ter pleno domínio dos produtos da plataforma Qlik alvos dos treinamentos solicitados pela CONTRATANTE, além de obrigatoriamente possuírem as seguintes qualificações técnicas no momento da execução dos treinamentos:

2.1.2.1. Graduação de nível superior em pelo menos em uma das áreas: Tecnologia da Informação, Engenharias, Ciência da Computação, Análise de Sistemas, Processamento de Dados, Probabilidade e Estatística ou Pós Graduação (especialização, mestrado ou doutorado) em alguma dessas áreas com carga horária mínima de 360 horas;

2.1.2.2. Experiência de pelo menos 80 (oitenta) horas, no período de 12 (doze) meses consecutivos, como instrutor de produtos da plataforma Qlik ou, na ausência deste requisito, experiência de pelo menos 3 (três) anos na utilização produtos da plataforma Qlik;

2.1.2.3. Possuir pelo menos 2 (duas) certificações vigentes em produtos da plataforma Qlik.



- 2.1.3. A experiência profissional exigida dos instrutores deverá ser comprovada pela CONTRATADA por documentos válidos para este fim (carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços, declaração do empregador, contrato social no qual figure como sócio, dentre outros) a serem fornecidos à CONTRATANTE, e novamente fornecidos quando da substituição de profissionais em atuação. Todas as declarações deverão constar de forma clara o nome, endereço eletrônico (e-mail), telefone de contato e cargo/função do signatário;
- 2.1.4. A formação acadêmica exigida do instrutor deverá ser comprovada pela CONTRATADA por documentos fornecidos por instituições de ensino, e serem fornecidos novamente à CONTRATANTE quando da substituição de profissionais em atuação;
- 2.1.5. As certificações exigidas do instrutor deverão ser comprovadas pela CONTRATADA por documentos fornecidos pela fabricante (Qliktech Brasil ou Qliktech International), e serem fornecidos novamente à CONTRATANTE quando da substituição de profissionais em atuação.
- 2.1.6. Os cursos terão duração mínima de 24 horas (vinte e quatro) / aula, sendo 08 (oito) horas por dia, 03 (três) dias por semana.
- 2.1.7. A comprovação da prestação desse serviço será realizada mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 5 (cinco) dias após a conclusão do treinamento, mediante entrega dos certificados oficiais e lista de presença dos participantes.
- 2.2. Para a prestação dos serviços, a CONTRATADA será responsável pela disponibilização de quantidade e níveis técnicos de profissionais de acordo com a complexidade, criticidade e demais características dos projetos e atividades;
- 2.3. Os serviços serão requisitados pela CONTRATANTE mediante a definição do escopo para cada demanda;
- 2.4. A CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA os serviços efetivamente realizados em cada mês, não sendo devido o pagamento de quaisquer valores a título de franquia ou garantia de execução de valores mínimos;
- 2.5. A administração da prestação dos serviços será realizada por intermédio de Ordens de Serviço (OS) emitidas pela CONTRATANTE;
- 2.6. A emissão, o aceite, a execução, a entrega e recebimento das Ordens de Serviço serão formalizados por instrumento específico, em comum acordo entre as partes, podendo se valer da utilização de ferramenta informatizada disponibilizada pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE.
- 2.7. As Ordens de Serviço (OS) conterão as especificações necessárias para a execução das tarefas e deverão obedecer ao seguinte fluxo operacional:
- a) A CONTRATANTE emite OS especificando o serviço a ser executado;
 - b) A CONTRATADA executa e entrega os serviços emitindo relatório de atividades executadas referenciada na OS;



- c) A CONTRATANTE, após a homologação do relatório acima, emite termo de aceite e libera OS para faturamento;
 - d) A CONTRATADA emite nota fiscal para faturamento da prestação de serviço homologada;
 - e) A CONTRATANTE atesta nota fiscal emitida e encaminha para efetivo pagamento.
- 2.8. A CONTRATADA deverá dispor de responsável técnico com todos os requisitos exigidos imediatamente após a abertura, e durante a execução, das Ordens de Serviço, sob pena de aplicação, por parte da CONTRATANTE, de sanções administrativas por descumprimento desta obrigação.
- 2.9. A CONTRATANTE reserva-se no direito de efetuar diligências junto aos emitentes ou declarantes dos documentos com a finalidade de elucidação de dúvidas ou comprovação de sua autenticidade.
- 2.10. Os serviços poderão ser executados na sede da CONTRATADA ou em locais por ela indicados situados em Belo Horizonte – MG.
- 2.11. Atividades que exigirão a presença de Servidores ou colaboradores da CONTRATANTE, tais como reuniões, entrevistas, levantamento de requisitos, entre outras, deverão ser realizadas exclusivamente na sede da CONTRATANTE ou em local designado pelo mesmo;
- 2.12. A CONTRATADA deverá fornecer meios para que a CONTRATANTE avalie e homologue os resultados dos serviços especificados nas Ordens de Serviço (OS), podendo se valer de infraestrutura própria ou da CONTRATANTE;
- 2.13. Os serviços executados nas dependências da CONTRATANTE deverão ser em dias úteis, preferencialmente de acordo com o horário de expediente da CONTRATANTE, ou mediante negociação entre as partes.
- 2.14. Cabe a CONTRATANTE a determinação, coordenação, supervisão, gestão, controle e fiscalização dos serviços a serem prestados, e a CONTRATADA a responsabilidade pela execução operacional, através do gerenciamento dos seus recursos humanos e físicos.
- 2.15. Deverão ser repassados à CONTRATANTE todos os códigos fontes, programas, projetos, bancos de dados, diagramas e scripts de geração de estruturas de dados acompanhados de toda a documentação necessária, os quais serão de propriedade da CONTRATANTE.
- 2.16. Todo artefato decorrente do contrato é de propriedade da CONTRATANTE e deverá ser apresentado a este a qualquer tempo, independente de comunicação prévia.
- 2.17. A CONTRATADA deverá indicar profissional para exercer o papel de Preposto durante toda a vigência do contrato, e que tenha capacidade técnica e gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual.
- 2.18. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para que o objeto deste processo seja cumprido em conformidade com a proposta apresentada, sendo que as despesas com pessoal, transporte, encargos sociais, guarda de materiais e seguros, ocorram sem quaisquer ônus adicionais a CONTRATANTE.



- 2.19. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de solicitar a substituição do Preposto ou do responsável técnico pela execução dos serviços indicado na OS que não atenderem às determinações repassadas, assim como apresentarem produtividade aquém do esperado.
- 2.20. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela manutenção do sigilo sobre os dados e informações contidas em quaisquer documentos ou mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos. Desta forma, aceita, declara que conhece e obriga-se a cumprir toda a legislação referente e às Normas e orientações expedidas pela CONTRATANTE.
- 2.21. Fica proibido à CONTRATADA a divulgação, em qualquer veículo de publicidade, mesmo que interno, de informações sobre os produtos criados e/ou serviços executados junto à CONTRATANTE sem a devida autorização formal por parte deste.

3. PRAZO DE REALIZAÇÃO:

- 3.1. Os treinamentos deverão ocorrer em até 10 (dez) dias úteis após a emissão da ordem de serviço no período de 06 (seis) meses.

4. DO LOCAL DA REALIZAÇÃO DO TREINAMENTO:

- 4.1. Os treinamentos deverão ser ministrados presencialmente nas dependências da CONTRATANTE, na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais, conforme especificações do item 2 deste Projeto Básico.

5. CONDIÇÕES DE FATURAMENTO / PAGAMENTO

- 5.1. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente **por Secretaria demandante**.
- 5.2. O faturamento será mensal, por Secretaria demandante, devendo ser apresentado às Gerências responsáveis pelo acompanhamento até o dia 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço para conferência e atestamento.
- 5.2.1. Para os treinamentos “itens 1, 2 e 3 do Lote 02”, o faturamento será após a conclusão de cada curso/turma. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação dos serviços realizados, número de participantes e o período da execução.
- 5.2.1.1. O faturamento deverá ser de acordo com o número de servidores participantes por Secretaria.
- 5.3. O processamento e o pagamento serão realizados pelas áreas demandantes de cada Secretaria participante, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do adimplemento do serviço/produto.
- 5.4. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação dos serviços realizada e o período da execução e/ou discriminar o produto e o quantitativo efetivamente entregue.



- 5.5. Na decorrência de necessidade de providências complementares e/ou irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data de sua reapresentação devidamente regularizada.



ANEXO I-C

PROJETO BÁSICO – Lote 03

1. OBJETO

Aquisição e atualização de licenças, suporte técnico, consultoria especializada/mentoria na execução de projetos e treinamento de produtos da plataforma Qlik, conforme tabela abaixo:

Lote 03				
Item	Descrição	SICAM	QTE	UN.
1	Serviços de consultoria/mentoria na execução de projetos do órgão demandante. (Unidade: Horas)	Família de Serviço SICAM 0341	780	Horas

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

2.1. Serviços de consultoria especializada/mentoria na execução de projetos do órgão demandante

2.1.1. A consultoria especializada consiste na prestação de serviços técnicos requisitados pela CONTRATANTE e executados por especialistas na plataforma Qlik;

2.1.2. Os serviços deverão ser prestados por demanda da CONTRATANTE durante a vigência do contrato e contemplam as seguintes demandas (lista não exaustiva):

2.1.2.1. Instalar, configurar e otimizar desempenho dos produtos da plataforma Qlik;

2.1.2.2. Instalar, configurar e otimizar alta disponibilidade dos produtos da plataforma Qlik, incluindo implementação da solução em cluster;

2.1.2.3. Explorar oportunidades de uso da solução;

2.1.2.4. Transferir tecnologia e conhecimentos;

2.1.2.5. Levantar e estruturar requisitos, tabulação de dados e análises;

2.1.2.6. Definição dos fornecedores de requisitos;

2.1.2.7. Entrevista direta com os fornecedores de requisitos das áreas envolvidas nos projetos para identificar as necessidades gerais com foco na decisão;

2.1.2.8. Estruturar os requisitos de desenvolvimento de aplicações;

2.1.2.9. Coleta de documentos, planilhas, e dados de outros sistemas;

2.1.2.10. Identificação das decisões tomadas no dia a dia e que tipo de informações são necessárias, assim como os respectivos cruzamentos;

2.1.2.11. Definição do nível de granularidade e hierarquia da informação;

2.1.2.12. Análise e definição do perfil dos usuários;

2.1.2.13. Tabulação dos dados do levantamento de requisitos e geração da documentação de escopo do projeto.

2.1.2.14. Realizar desenvolvimento de aplicações;

-
- 2.1.2.15. Criação do ambiente de desenvolvimento em laboratório;
- 2.1.2.16. Implementação de ETL (Extração, Transformação e Carga dos Dados);
- 2.1.2.17. Realização de Modelagem Dimensional de dados orientada aos requisitos de negócio;
- 2.1.2.18. Criação dos processos de carga massiva de dados;
- 2.1.2.19. Construção dos painéis de análise da informação;
- 2.1.2.20. Aplicar melhores práticas de desenvolvimento:
- Realização de prova com dados massivos e reais na aplicação.
 - Realizar testes e ajustes;
 - Avaliação da qualidade dos dados;
 - Testes de carga de dados com dados reais;
 - Avaliação do tempo dos processos de carga;
 - Validação das análises BI x sistema transacional;
 - Avaliação dos tempos de respostas das análises;
 - Testes de usabilidade;
 - Testes de alta disponibilidade e alta concorrência de acessos;
 - Avaliação do tamanho da base de dados;
 - Testes de funcionamento com dispositivos móveis.
- 2.1.2.21. Realizar operação assistida:
- Acompanhamento e suporte da operação após entrada de cada aplicação em produção;
 - Monitoramento do desempenho dos servidores Qlik;
- 2.1.2.22. Preparação e realização de workshops para usuários da CONTRATANTE sobre as aplicações de BI mantidas e desenvolvidas através da plataforma Qlik.
- 2.2. Para a prestação dos serviços, a CONTRATADA será responsável pela disponibilização de quantidade e níveis técnicos de profissionais de acordo com a complexidade, criticidade e demais características dos projetos e atividades;
- 2.3. Os serviços serão requisitados pela CONTRATANTE mediante a definição do escopo para cada demanda;
- 2.4. A CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA os serviços efetivamente realizados em cada mês, não sendo devido o pagamento de quaisquer valores a título de franquia ou garantia de execução de valores mínimos;
- 2.5. A administração da prestação dos serviços será realizada por intermédio de Ordens de Serviço (OS) emitidas pela CONTRATANTE;
- 2.6. A emissão, o aceite, a execução, a entrega e recebimento das Ordens de Serviço serão formalizados por instrumento específico, em comum acordo entre as partes, podendo se valer da utilização de ferramenta informatizada disponibilizada pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE.
- 2.7. As Ordens de Serviço (OS) conterão as especificações necessárias para a execução das tarefas e deverão obedecer ao seguinte fluxo operacional:



- a) A CONTRATANTE emite OS especificando o serviço a ser executado;
 - b) A CONTRATADA executa e entrega os serviços emitindo relatório de atividades executadas referenciada na OS;
 - c) A CONTRATANTE, após a homologação do relatório acima, emite termo de aceite e libera OS para faturamento;
 - d) A CONTRATADA emite nota fiscal para faturamento da prestação de serviço homologada;
 - e) A CONTRATANTE atesta nota fiscal emitida e encaminha para efetivo pagamento.
- 2.8. A CONTRATADA deverá dispor de responsável técnico com todos os requisitos exigidos imediatamente após a abertura, e durante a execução, das Ordens de Serviço, sob pena de aplicação, por parte da CONTRATANTE, de sanções administrativas por descumprimento desta obrigação.
- 2.9. A CONTRATANTE reserva-se no direito de efetuar diligências junto aos emitentes ou declarantes dos documentos com a finalidade de elucidação de dúvidas ou comprovação de sua autenticidade.
- 2.10. Os serviços poderão ser executados na sede da CONTRATADA ou em locais por ela indicados situados em Belo Horizonte – MG.
- 2.11. Atividades que exigirão a presença de Servidores ou colaboradores da CONTRATANTE, tais como reuniões, entrevistas, levantamento de requisitos, entre outras, deverão ser realizadas exclusivamente na sede da CONTRATANTE ou em local designado pelo mesmo;
- 2.12. A CONTRATADA deverá fornecer meios para que a CONTRATANTE avalie e homologue os resultados dos serviços especificados nas Ordens de Serviço (OS), podendo se valer de infraestrutura própria ou da CONTRATANTE;
- 2.13. Os serviços executados nas dependências da CONTRATANTE deverão ser em dias úteis, preferencialmente de acordo com o horário de expediente da CONTRATANTE, ou mediante negociação entre as partes.
- 2.14. Cabe a CONTRATANTE a determinação, coordenação, supervisão, gestão, controle e fiscalização dos serviços a serem prestados, e a CONTRATADA a responsabilidade pela execução operacional, através do gerenciamento dos seus recursos humanos e físicos.
- 2.15. Deverão ser repassados à CONTRATANTE todos os códigos fontes, programas, projetos, bancos de dados, diagramas e scripts de geração de estruturas de dados acompanhados de toda a documentação necessária, os quais serão de propriedade da CONTRATANTE.
- 2.16. Todo artefato decorrente do contrato é de propriedade da CONTRATANTE e deverá ser apresentado a este a qualquer tempo, independente de comunicação prévia.
- 2.17. A CONTRATADA deverá indicar profissional para exercer o papel de Preposto durante toda a vigência do contrato, e que tenha capacidade técnica e gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual.
- 2.18. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para que o objeto deste processo seja cumprido em conformidade com a proposta apresentada, sendo que as despesas com pessoal, transporte, encargos sociais, guarda de materiais e seguros, ocorram sem quaisquer ônus adicionais a CONTRATANTE.



- 2.19. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de solicitar a substituição do Preposto ou do responsável técnico pela execução dos serviços indicado na OS que não atenderem às determinações repassadas, assim como apresentarem produtividade aquém do esperado.
- 2.20. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela manutenção do sigilo sobre os dados e informações contidas em quaisquer documentos ou mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos. Desta forma, aceita, declara que conhece e obriga-se a cumprir toda a legislação referente e às Normas e orientações expedidas pela CONTRATANTE.
- 2.21. Fica proibido à CONTRATADA a divulgação, em qualquer veículo de publicidade, mesmo que interno, de informações sobre os produtos criados e/ou serviços executados junto à CONTRATANTE sem a devida autorização formal por parte deste.

3. PRAZO DE ENTREGA:

- 3.1. A consultoria será prestada mediante necessidade da CONTRATANTE pelo período de 12 meses, a partir do recebimento definitivo das licenças.

4. CONDIÇÕES DE FATURAMENTO / PAGAMENTO

- 4.1. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente **por Secretaria demandante**.
- 4.2. O faturamento será mensal, por Secretaria demandante, devendo ser apresentado às Gerências responsáveis pelo acompanhamento até o dia 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço para conferência e atestamento.
- 4.2.1. Para a consultoria “Lote 03” os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação dos serviços realizados e o período da execução.
- 4.3. O processamento e o pagamento serão realizados pelas áreas demandantes de cada Secretaria participante, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do adimplemento do serviço/produto.
- 4.4. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação dos serviços realizada e o período da execução e/ou discriminar o produto e o quantitativo efetivamente entregue.
- 4.5. Na decorrência de necessidade de providências complementares e/ou irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data de sua reapresentação devidamente regularizada.



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico (e-mail) para contato:

Objeto:

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

Valor global do lote:

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico (e-mail) para contato:

Objeto:

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

Prazo de garantia: (Apenas para o lote 01)

LOTE Nº 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	QlikSense Enterprise p/a User Model Site – Professional Users – Unidade de licença	17		UN.
2	Qlik Sense Enterprise p/a User Model Site – Analyzer Users – Unidade de licença	37		UN.
3	Serviço de suporte técnico e atualização de software para o item 1 - "QlikSense Enterprise p/a User Model Site – Professional Users" por unidade de licença adquirida por 12 meses.	44		UN.
4	Serviço de suporte técnico e atualização de software para o item 2 - Qlik Sense Enterprise p/a User Model Site – Analyzer Users", por unidade de licença adquirida por 12 meses.	37		UN.
5	Serviço de suporte técnico e atualização de software para "Qlik Sense Enterprise Test Site with Production Site Capacity", por unidade de licença adquirida, já instalada no ambiente Datacenter PBH/Prodabel, por 12 meses.	1		UN.
6	Serviço de suporte técnico e atualização de software para "Qlik Nprinting Server" por unidade de licença adquirida, já instalada no ambiente Datacenter PBH/Prodabel, por 12 meses	1		UN.
VALOR GLOBAL DO LOTE				



LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Treinamento para desenvolvedores em "QlikSense Named User Cal – Licenças Nomeadas (Unidade: Número de alunos)	11 alunos		
2	Treinamento específico para usuários das Licenças Nomeadas – perfil Analyzer” com carga horária mínima de 08 (oito) horas. (Unidade: Número de alunos)	14 alunos		
3	Treinamento para o usuário, referente ao item "Qlik Nprinting" (Unidade: Número de alunos)	15 alunos		
VALOR GLOBAL DO LOTE				

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de consultoria/mentoria na execução de projetos do órgão demandante. (Unidade: Horas)	780 horas		Horas
VALOR GLOBAL DO LOTE				

a) Em atendimento ao disposto no art. 4º do Decreto Municipal 11.245/03, solicito o cadastramento da empresa junto ao SUCAF.

_____, __ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

A empresa com sede na nº Bairro , cidade de, inscrita no CNPJ nºpor intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) , portador (a) Carteira de Identidade R.G. nº..... e do CPF nº DECLARA, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição da República/88, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR
123/2006**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Declaramos, sob as penas da lei, que a licitante _____ é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, na condição de _____ considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada.

Atestamos para os devidos fins, que a licitante não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses, que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas nos incisos I a XI do § 4º do art. 3º da Lei nº 123/2006:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

Possuímos ciência da nossa obrigação de comunicar ao Município de Belo Horizonte quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação de nossa empresa.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante





ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DA LEI ORGÂNICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Declaro, para os devidos fins, que os trabalhadores da _____ (Razão Social do Licitante) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no _____ (endereço completo) _____, envolvidos na execução do objeto da licitação mencionada acima não incorrem nas proibições previstas no artigo 49-B da Lei Orgânica deste Município, in verbis:

Art. 49-B - Não poderão prestar serviço a órgãos e entidades do Município os trabalhadores das empresas contratadas declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa a, pelo menos, uma das seguintes situações:

Art. 49-B acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 14/09/2011 (Art. 2º)

I - representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;

II - condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público.

Parágrafo único - Ficam as empresas a que se refere o caput deste artigo obrigadas a apresentar ao contratante, antes do início da execução do contrato, declaração de que os trabalhadores que prestarão serviço ao Município não incorrem nas proibições de que trata este artigo. (NR)

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da adjudicatária



ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

Contrato que entre si celebram o
Município de Belo Horizonte e a empresa

.....

O Município de Belo Horizonte, CNPJ 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo(a) **Secretário (a) Municipal**, doravante denominado Contratante e a empresa, estabelecida, CNPJ, representada por....., neste ato denominada Contratada, celebram o presente contrato, decorrente do pregão eletrônico nº 012/2021, processo administrativo 01.013720.21.88, e em conformidade com os Decretos Municipais nº 12.436/06, nº 17.317/2020 e nº 15.113/13 e com as Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços referentes à aquisição e atualização de licenças, suporte técnico, consultoria especializada/mentoria na execução de projetos e treinamento de produtos da plataforma Qlik, conforme descrição detalhada no anexo I deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA(S) DOTAÇÃO(ÇÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

As despesas decorrentes da execução do presente contrato serão acobertadas pela (s) seguinte (s) dotação (ções) orçamentária (s):

(PREENCHER CONFORME O LOTE / DEMANDANTE)

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

O presente contrato tem o valor de R\$

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá vigência de (.....) meses **(PREENCHER CONFORME O LOTE)**, contada a partir da data de sua assinatura,

CLÁUSULA QUINTA: DO ADITAMENTO DOS SERVIÇOS E PREÇOS

5.1. Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.

5.2. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.

5.3. Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.

5.4. Excetuam-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo



próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Efetuar a prestação de serviços e entregar o objeto conforme fixado no Anexo I deste contrato, com estrita observância às especificações relativas ao item para o qual foi adjudicado, no prazo, local e demais condições estabelecidas, cumprindo fielmente todas as disposições pactuadas
- 6.2. Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.
- 6.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante quanto à prestação do serviço.
- 6.4. Garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos / serviços prestados, respondendo por qualquer irregularidade e procedendo a substituição sempre que o caso requeira
- 6.5. Atender, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a convocação para retirada da(s) Nota(s) de Empenho.
- 6.6. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato.
- 6.7. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento ora contratado, tais como tributos, fretes, embalagens e demais encargos
- 6.8. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 6.9. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.
- 6.10. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.
- 6.11. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à prestação deste serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1. Acompanhar e fiscalizar o serviço contratado, por meio da:
 - Diretoria de Tecnologia da Informação e Apoio Técnico da Secretaria Municipal de Fazenda – SMFA
 - Diretoria Central de Planejamento da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SMPOG
 - Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças da Controladoria-Geral do Município – CTGM



- Inspetoria de Estatística da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte – GCMBH
- Diretoria de Convênio, Contratos e Captações da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI).

7.2. Fiscalizar a manutenção pela Contratada, das condições de habilitação e qualificações exigidas no edital, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 7.666/93.

7.3. Prestar todas as informações necessárias com clareza à Contratada para a execução dos serviços contratados.

7.4. Pagar no vencimento as faturas apresentadas pela Contratada.

7.5. Notificar a Contratada, formalmente, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da Contratada, sujeitando-a às seguintes penalidades:

8.1.1. advertência.

8.1.2. multas nos seguintes percentuais:

- a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços/entrega dos produtos, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- b) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas.
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- d) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando o infrator der causa à rescisão do mesmo;
- e) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.

8.1.3. impedimento de licitar e contratar, com o consequente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte nos termos do art. 7º da Lei nº 8.520/02 e do art. 49 do Decreto Municipal nº 17.317/2020.



- 8.1.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.
- 8.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente.
- 8.2.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação e/ou da garantia contratual.
- 8.2.2. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 8.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal Adjunto competente.
- 8.4. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário Municipal competente.
- 8.5. Na notificação de aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 8.6. Na notificação de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 8.7. No caso de aplicação das penalidades previstas será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.
- 8.8. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.
- 8.8.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.
- 8.9. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO/RESCISÃO

- 9.1. O presente contrato extinguir-se-á ao seu término, sem necessidade de qualquer notificação ou interpelação ou judicial ou extrajudicial, podendo, no entanto, ser rescindido a qualquer tempo.
- 9.2. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na legislação, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, bem como nas hipóteses de a Contratada:
- 9.2.1. infringir quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato;



- 9.2.2. entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;
- 9.2.3. transferir ou ceder o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte;
- 9.2.4. recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;
- 9.2.5. deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 2 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação prévia e imediata ao Contratante;
- 9.2.6. deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais;
- 9.2.7. ser declarada inidônea e/ou suspensa e/ou impedida do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
- 9.2.8. subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.
- 9.2.9. associar-se com outrem, bem como realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do Contratante.
- 9.2.10. nos casos em que a CONTRATADA estiver envolvida em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.3. A rescisão do contrato poderá ser:
- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no subitem anterior;
 - II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
 - III - judicial, nos termos da legislação;

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO

Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do Contratante, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à Contratada, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA GARANTIA

- 11.1. O presente contrato será garantido por meio de, no valor de R\$....., equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratual.
- 11.2. A caução em dinheiro só será devolvida após o cumprimento total das obrigações contratuais.



- 11.3. A cobertura do seguro-garantia vigorará até a extinção das obrigações do tomador, devendo este efetuar o pagamento do respectivo prêmio, por todo o período da garantia, independentemente do prazo de vigência indicado na apólice.
- 11.4. A garantia na forma de Fiança Bancária terá sua vigência até o cumprimento total das obrigações contratuais.
- 11.5. O Município de Belo Horizonte poderá utilizar, total ou parcialmente, da garantia exigida para se ressarcir de multas estabelecidas neste contrato.
- 11.6. O valor da garantia poderá ser utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, obrigando-se a Contratada a fazer a respectiva reposição no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis, contado da data em que for notificada.
- 11.6.1. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.
- 11.7. Havendo necessidade de alteração da garantia, a CONTRATADA deverá efetuar a pertinente adequação, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, sob pena de aplicação das sanções administrativas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

- 12.1. A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 12.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.
- 12.1.1. A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.
- 12.1.2. A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
- 12.1.3. A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 12.1.4. A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.



- 12.1.4.1.A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.
- 12.1.5. A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
- 12.1.5.1. À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 12.1.5.1.1.A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
- 12.1.6. A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 12.1.6.1.A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 12.1.6.2.A Contratada que descumprir nos termos da Lei nº 12.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.
- 12.1.7. A Contratada fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 12.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.
- 12.1.8. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e o Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 12.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.
- 12.1.9. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, conseqüente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto nos §§1º e 2º, art. 65 da Lei nº 8.666/93.



13.2. A tolerância do Contratante com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

13.3. O processamento e o pagamento serão realizados pelas áreas demandantes de cada Secretaria participante a saber:

- SMFA - Secretaria Municipal de Fazenda - Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças
- SMPOG - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças
- CTGM - Controladoria-Geral do Município - Diretoria de Auditoria e Gestão da Informação
- GCMBH - Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte - Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção
- SMOBI - Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - Diretoria de Finanças

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS ANEXOS

Vincula-se ao presente contrato o instrumento convocatório, bem como a proposta da Contratada, nos termos do art. 55, XI, da Lei nº 8.666/93 e é anexo ao presente instrumento e dele faz parte integrante o Anexo I – Projeto Básico;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município – DOM, correrá por conta e ônus do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte,

.....
Secretário(a) Municipal de

.....
Representante da Empresa

ANEXO I

PROJETO BÁSICO



(QUANDO DA ELABORAÇÃO DESTE CONTRATO TRANSCREVER O RESPECTIVO ANEXO I DO EDITAL CORRESPONDENTE AO LOTE CONTRATADO)